



## **Discurso de Tomada de Posse do Presidente do Conselho Nacional da AOFA**

**Tenente-Coronel António Costa Mota**

**( 26 de junho de 2021 )**

### **Camaradas**

Acabámos de concretizar formalmente o ato de tomada de posse dos Membros dos Órgãos Sociais da AOFA, eleitos a 27 de março de 2021.

Um novo ciclo começa através de uma equipa renovada, motivada e que nestes breves 3 meses que decorreram desde as eleições já deu mostras “ao que vem” e apresenta já resultados concretos e impactantes da sua intervenção.

Mas se hoje um novo ciclo começa, permitam-me então que as minhas primeiras palavras sejam dirigidas aos camaradas que no triénio 2018/2021 assumiram, corajosa e abnegadamente o testemunho que hoje, formalmente, transmitem a esta nova equipa.

Todos o sabemos, foram anos invariavelmente muito difíceis e exigentes para as Forças Armadas e particularmente para as Mulheres e Homens que nelas Servem.

Foram anos em que apesar da forte oposição e combate permanente da AOFA na defesa dos mais legítimos Direitos, Interesses e Expectativas dos Militares e particularmente dos Oficiais e das suas Famílias, num balanço que hoje aqui fazemos, apenas podemos caracterizar por globalmente como negativo.

Na verdade e durante estes três anos os Militares continuaram a ver inalterados os seus Estatutos Profissional, Remuneratório e de Avaliação.

As Forças Armadas registaram sucessivamente reduções muito concretas e extremamente significativas nos seus orçamentos de funcionamento, comprovando-se a eficácia dos subterfúgios de aumentos fictícios em Orçamentos de Estado, imediatamente seguidos de cativações cada vez mais substanciais, que colocaram as Forças Armadas em patamares de inoperacionalidade sem precedentes na história recente das últimas décadas. Isto são factos!

Decorrente destes factos indesmentíveis, a atratividade das Forças Armadas, quer no plano do recrutamento quer da retenção de Efetivos, mantém-se em patamares historicamente baixos, com repercussões várias, não só ao nível da já referida operacionalidade mas, igualmente, da acentuada degradação das condições de trabalho e de qualidade de vida dos Militares, o que se repercute necessariamente numa redução efetiva da capacidade de manutenção da nossa Soberania Nacional territorial, tanto mais preocupante quanto é assumido que as nossas Soberania Política e Financeira há muito que estão hipotecadas a interesses supranacionais que, é bem patente, cada vez mais se distanciam dos verdadeiros interesses nacionais.

Face a todos estes imensos condicionalismos, já inequivocamente impossíveis de camuflar, mesmo por parte de hábeis políticos, não olvidando as responsabilidades crescentes que também cabem aos mais altos responsáveis Militares, por permitirem passivamente o agravamento desta realidade, paradoxalmente assistimos à consolidação de um paradigma de rápida substituição e deliberada confusão em que é profundamente desleixada a missão primária que constitucionalmente nos está cometida; “A defesa Militar da República” em detrimento de uma miríade de missões, algumas delas de muito duvidosa constitucionalidade, em que os Militares se vêm envolvidos, sem que para as quais tenham especial preparação, motivação ou sequer vocação e tudo isto, nunca é demais recordar, tendo como pano de fundo a exiguidade de efetivos (os Militares estão, em média a cumprir 60 a 70 horas de trabalho semanais) e a rápida deterioração das condições de trabalho e de vida dos nossos Camaradas Oficiais, Sargentos e, sobretudo, Praças.

Não. Não me esqueci que me estava a referir ao papel determinante que os anteriores Membros dos Órgãos Sociais da nossa AOFA desempenharam ao longo dos últimos três anos. Bem pelo contrário. Ao traçar o cenário

desfavorável e nada dignificante que tiveram pela frente, conseguiram manter o discernimento possível, a organização desejável e a definição e seguimento de estratégia que permitiram atenuar os impactos negativos de todas estas políticas desastrosas para as Forças Armadas, os Militares e, mais importante, para Portugal!

A tudo isto há a juntar, e não é de somenos importância, as inúmeras complicações e adversidades inerentes à situação pandémica que ainda atravessamos.

Soubemos reorganizar-nos, adaptarmo-nos à nova realidade, recusando o epíteto de ser “a nova normalidade”. Dando corpo às nossas decisões e prioridades, continuámos a privilegiar o contacto direto e permanente com os Oficiais nas Unidades (reunimos com mais de 2.000 Oficiais no Ativo em cerca de 70 Unidades Militares em todo o território continental e Regiões Autónomas). Continuámos a reunir, apresentando e discutindo propostas muito concretas, com os principais atores políticos (Presidência da República, 1º Ministro, Ministro da Defesa, Comissão de Defesa e Grupos Parlamentares), mas igualmente, em inúmeras ocasiões, com o Conselho Diretivo do IASFA.

Produzimos, só nos últimos 3 anos, mais de uma centena de ofícios e comunicados, bem como de estudos enquadradores das diversas matérias.

Reforçámos ainda mais os laços institucionais com as Chefias Militares, sem que para tal tivéssemos de abdicar um milímetro da nossa autonomia e independência, muito menos dos nossos objetivos concretos.

Planeámos, organizámos e levámos à prática Seminários Nacionais e Internacionais sobre temas tão diversos e prioritários como a Condição Militar e Direitos fundamentais de associação, desmistificando, através do debate profundo, questões sensíveis como o Sindicalismo Militar e Direitos de Negociação Coletiva e Representação Coletiva.

Na Assembleia da República e perante o Ministério da Defesa, resultado de projetos próprios ou conjuntos com as restantes APM, anulámos diversas iniciativas perniciosas que se preparavam nos bastidores dos corredores do poder, ajudámos a salvar o património nacional que se constitui o Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos, conseguimos o reconhecimento para os ex-Militares integrados na Função Pública de Direitos inalienáveis que lhes assistem, fizemos aprovar diversas propostas

de resolução na Assembleia, algumas delas por unanimidade, como são apenas exemplos o da revisão do Regulamento de Avaliação de Mérito dos Militares das Forças Armadas ou o da consideração efetiva de boa parte do tempo de serviço congelado, entre 2011 e 2018, para efeitos de progressão nas carreiras dos Militares.

Mantivemos na ordem do dia as questões fundamentais inerentes ao Estatuto Remuneratório dos Militares, levando inclusivamente à inevitabilidade de pronúncia, reiterada, por parte do Presidente da República de se tratar de uma “absoluta necessidade inadiável”.

Participámos ativamente em múltiplos processos que levaram à eliminação ou atenuação de medidas gravosas tendentes a uma ainda maior degradação do HFAR, da ADM e da Ação Social Complementar.

Reorganizámo-nos internamente fazendo grandes investimentos na Associação, quer financeiros quer de alterações metodológicas, numa perspetiva de melhoria continua e transparência de processos, nunca perdendo de vista o objetivo de melhorar os nossos serviços em prol dos Oficiais e das suas Famílias. São alguns exemplos os investimentos na nossa atividade de apoio jurídico, hoje um autêntico baluarte de que só temos motivos para nos orgulhar, mas também no âmbito do controlo e prestação de contas, onde mecanismos como os Planos de Atividades, Relatórios de Atividades, Gestão Orçamental e consequentes Relatórios de Contas são hoje uma trivialidade quer internamente quer na prestação de contas aos nossos Associados e Associadas.

Diversificámos e apurámos com pleno sucesso as formas de chegar diariamente aos Oficiais e às suas Famílias, mas também aos nossos concidadãos. Introduzimos e já dominamos com plena eficácia as ferramentas digitais que nos permitem a realização de qualquer tipo de videoconferência, criámos o nosso canal próprio no Youtube onde já dispomos de perto de uma centena de vídeos produzidos pela AOFA, mantivemos as apostas de sucesso comprovado nas Redes Sociais e plataformas de e-mailing. O nosso Resumo de Imprensa diário acabou de completar 10 anos de existência.

Mas também ao nível Social a AOFA tem vindo a demonstrar crescentes níveis de eficácia e eficiência. Fomos pioneiros em Portugal num projeto de grande abrangência, em todo o território continental e ilhas, de apoio aos

nossos Camaradas com idades mais avançadas ou com doenças crónicas ou dificuldades de locomoção, projeto determinado pela pandemia de COVID-19. Montámos uma campanha de grande dimensão informativa. Apoiámos no terreno com a emissão generalizada, via online, de receituários médicos e de apoio concreto às atividades tidas por mais elementares como o apoio nas compras de supermercado ou em farmácias. O saldo é gigantescamente positivo tendo sido apoiados centenas de Oficiais e seus Familiares que assim se sentiram efetivamente protegidos e acarinhados pela AOFA. E, importa referi-lo, englobámos sem restrições nem reservas neste projeto os Oficiais que não eram, e muitos ainda não o são, Associados e Associadas da AOFA.

Também ao nível da integração e colaboração com as populações a AOFA é hoje conhecida e reconhecida pelos elevados graus de prontidão e disponibilidade para criar e colaborar em projetos que fazem efetivamente a diferença. Recorda-se que desde 2019 a AOFA integra a Direção da Comissão Social da União de Freguesias da Caparica e Trafaria, cargo que muito nos honra e para o qual fomos eleitos pela generalidade das Forças Vivas destes territórios, o que naturalmente não acontece por acaso, sendo sim fruto do reconhecimento daquilo que realmente já vínhamos realizando e continuamos a realizar no terreno.

Organizámos ao longo de meses e implementámos na AOFA o Colégio dos Militares Profissionais de Saúde que integra hoje cerca de 300 (trezentos) Oficiais Enfermeiros, Farmacêuticos, Médicos, Médicos Dentistas, Médicos Veterinários, Psicólogos e Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica e que se constitui como mais um património de enorme capacidade, valia e conhecimento numa área fundamental da Sociedade e de forma particular para os Militares, como a área da Saúde.

Finalmente uma nota que considero absolutamente fundamental fazer referência e que por si só demonstra bem a quantidade e qualidade do trabalho que foi feito. Entre 2018 e 2021 a massa associativa da AOFA cresceu cerca de 25%, tendo aderido à Associação cerca de 400 Oficiais, de entre os quais mais de 300 na situação de Ativo. Que maior e melhor reconhecimento poderíamos ter?

Caros Camaradas! Nestas breves mas, creio, elucidativas palavras, reside a razão maior que me leva, na qualidade de Presidente do Conselho Nacional,

a agradecer e a enaltecer, penhoradamente, o trabalho imenso de todos quantos hoje aqui terminaram os seus mandatos e passaram o testemunho.

Na AOFA as pessoas têm rosto e nome. A todos os membros dos anteriores Órgãos Sociais, aqui representando eu o Conselho Nacional, e, de forma simbólica, nas pessoas dos anteriores Presidentes da Mesa da Assembleia-Geral, o Capitão de Mar-e-Guerra António Almeida de Moura, Conselho Deontológico, Major-General Jorge Caldeira Aires e do Conselho Fiscal, Coronel Manuel Borges Correia, fica pois o agradecimento e reconhecimento pelo imenso trabalho realizado que a todos só nos pode, e deve, orgulhar!

E agora? Quais os novos desafios e projetos que se nos colocam? O que já fizemos? O que estamos a fazer? O que vamos fazer no curto prazo?

No pós-eleições, ao nível do Conselho Nacional apurámos a nossa organização, definimos e debatemos áreas de atuação e responsabilidades, ideias e capacidades e determinámos, em consonância, a existência de 9 (nove) Pelouros.

São eles os Pelouros Jurídico, Apoio Social, Saúde e Ação Social Complementar, Organização e Estatuto Profissional, Eventos, EUROMIL, Formação, Cultura e Desporto, Comunicações, Marketing e Sistemas de Informação e Sócios e Núcleos Regionais.

Todos estes Pelouros estão devidamente dotados dos Efetivos humanos tidos por necessários e suficientes, contando com apoio administrativo, logístico e financeiro adequado, determinado a cada momento por decisão do Conselho Nacional e tendo como base a apresentação de necessidades apresentada por cada Coordenador/a.

Do que já foi feito e do que está a ser realizado nesta fase, permito-me desde já destacar, para além da manutenção de todos os processos que transitam do antecedente, muitos dos quais aludi na primeira parte desta intervenção, alguns dos mais significativos:

- Definição de temas prioritários no âmbito socioprofissional, sua discussão interna profunda, preparação de propostas concretas de resolução e apresentação e discussão com todos as entidades civis e militares com capacidade de decisão e/ou influência de decisão. São prioridades da AOFA neste momento:

- O reconhecimento dos novos Direitos de Representação Coletiva e Negociação Coletiva e, conseqüentemente, a sua implementação a nível legislativo,

- A completa análise e revisão de todo o Sistema Remuneratório dos Militares das Forças Armadas, entendendo-se o Sistema Remuneratório não só como a tabela remuneratória mas igualmente a revisão dos Suplementos atualmente existentes e a consideração de novos Suplementos, em linha com o que já de há vários anos vigora nas Forças e Serviços de Segurança,

- A separação da ADM do âmbito do IASFA e seu retorno ao âmbito da gestão por parte das Forças Armadas bem como a revisão de vários dos mecanismos de financiamento que lhe estão associados, mantendo a AOFA a questão de princípio essencial de que os Militares não deverão, de todo, descontar para a ADM. Ainda assim e enquanto prevalecer o desconto (ou parte dele), o mesmo deverá incidir apenas sobre a Remuneração Base (à semelhança do que sucede na ADSE) e sobre 12 meses e não 14,

- A revisão global e imediata do Sistema de Avaliação dos Militares das Forças Armadas, dando aliás cumprimento ao Projeto de Resolução aprovado, por unanimidade, na Assembleia da República e que determina que em articulação entre as Chefias Militares e as Associações Socioprofissionais, sejam produzidas as necessárias propostas concretas de alteração,

- O fim do mecanismo implementado nos tempos da TROICA e que ainda subsiste, aplicável às Promoções, e que tanto penaliza financeiramente os Militares, quer no ano em que são promovidos quer mais tarde no cálculo das suas Pensões de Reforma, não esquecendo as importantes e nefastas conseqüências operacionais que tal mecanismo implica,

- A revisão do esquema absurdo de cálculo de Pensões de Reforma dos Militares, mecanismo que aplicado de forma cega a todos os Servidores do Estado, penaliza drasticamente aqueles que, como nós, Servem Portugal em Organizações de âmbito fortemente hierarquizado como se constituem as Forças Armadas, incluindo o mecanismo de Complemento de Pensão,

Trabalhados que estão estes temas, o Conselho Nacional solicitou de imediato, e tem vindo a realizar ao longo dos últimos 2 meses, reuniões com todas as Chefias Militares e as Direções de todos os Partidos com assento Parlamentar, bem como com a Presidência da República, Ministro da Defesa e Provedora de Justiça. Das 16 reuniões solicitadas já foram realizadas 6 (CEMA, CEME, CEMFA, PS, CDS e PCP), estando agendadas para os próximos dias mais 3 (CEMGFA, PSD e PROVIDORA DE JUSTIÇA).

- Para além destas matérias tidas como prioridades, o Conselho Nacional identificou já uma bateria de matérias sobre as quais iniciará agora a discussão, tendo em vista a apresentação de soluções concretas de resolução, destacando entre elas:

- Saúde e Segurança no Trabalho
- Diretiva Comunitária do Tempo de Trabalho
- O Estatuto dos Militares das Forças Armadas
- Lei do Associativismo Militar e Estatuto do Dirigente Associativo
- Ação Social Complementar / Serviços Sociais das Forças Armadas
- Condições Gerais de prestação de Serviço em RC

- Preparação de ações de formação que consubstanciarão já no último trimestre do ano, o projeto inovador que se constituirá o Plano Anual de Formação da AOFA, destinado prioritariamente aos Oficiais e suas Famílias, sem prejuízo de, em capacidade sobranete, podermos incluir igualmente restantes Militares, bem como participantes oriundos das populações em que estamos geograficamente inseridos. Estas ações tanto decorrerão em modo presencial como recorrendo a ferramentas digitais.

- Inquérito aos Oficiais das Forças Armadas. Um mecanismo vital de participação generalizada dos Oficiais em termos de sugestões mas igualmente de contributos para o processo de decisão da AOFA e afinamento de estratégias, tendo por base as perceções e legítimos anseios dos Oficiais, com particular incidência nos da Efetividade de Serviço, sem descurar as matérias específicas que afetam os da Reserva e da Reforma.

- Realce ainda para o regresso das equipas da AOFA às reuniões com os Oficiais nas Unidades Militares, a partir de setembro, já anunciado às



Chefias Militares e que, em abono da verdade e da justiça, colhe de todas elas apoio e incentivo, sem prejuízo das reuniões temáticas, realizadas por videoconferência e que iniciaremos já nos próximos dias.

- Uma nota final para realçar igualmente o trabalho já desenvolvido pelo nosso Conselho Deontológico, já sob a presidência do Coronel Tirocinado Jorge Alves Ferreira que em tempo oportuno e demonstrando uma qualidade de trabalho digna de registo, respondeu aos desafios lançados pelo Conselho Nacional, designadamente no que concerne ao estudo aprofundado sobre a pretensa “Reforma da Estrutura Superior das Forças Armadas”, mas igualmente no que se refere à preparação do já referido Inquérito, cuja disponibilização está prevista para outubro ou novembro.

Camaradas, termino

Proseguiremos com todo o empenho o trabalho pela concretização de uma AOFA cada vez mais representativa, forte e interventiva, a bem dos Oficiais e seus Familiares, na defesa da Condição Militar, da Instituição Militar, da Dignidade dos Militares que nela Servem, no respeito pela Constituição da República e na defesa intransigente da Soberania Nacional, se necessário com o sacrifício da própria vida!

Viva a Associação de Oficiais das Forças Armadas!

Vivam as Forças Armadas Portuguesas!

Viva Portugal!